

# O PACTO PELA EDUCAÇÃO: O Programa de Governo Como Exercício do Biopoder

## *PACT FOR EDUCATION: The Government Program as a Biopower Exercise*

Marcos Alves Lopes<sup>1</sup>

**RESUMO:** Este trabalho analisa o artigo de opinião *Fazer diferente*, escrito por Thiago Peixoto e vinculado no jornal *O popular*. O objetivo deste estudo é buscar contribuições da arqueogenealogia foucaultiana, para verificar o acréscimo crítico que esta teoria possibilita. Para tal, o artigo de opinião foi compreendido como um enunciado, uma vez que há uma materialidade que significa em relação a outros enunciados. Tal escolha permite verificar no artigo como discursos são colocados em contradição, com artifícios retóricos de trazer o adversário para o próprio campo, para em seguida derrotá-lo, enfatizando conclusões cujo interdiscurso tem o *tom* dos discursos de palanque em campanha política. Neste caso, a defesa do *Pacto pela Educação*, programa desenvolvido pelo autor na Secretaria da Educação, soma ao seu triunfo os dados do IDEB. Uma vez que o *Pacto* compreende uma série de medidas relativas à educação, as discussões em torno do exercício de poder/resistência, da sociedade disciplinar e da sociedade de controle tornam-se fundamentais para a análise. Por fim, a análise do biopoder toma lugar especial, já que o Pacto é aqui compreendido como uma forma sutil de exercício de poder sobre a vida no espaço escolar. O resultado deste estudo é que o acontecimento *Pacto pela Educação*, louvado no discurso de Thiago Peixoto, torna-se a partir da perspectiva arqueogenealógica foucaultiana, mais que um enunciado do poder, uma possibilidade de problematizar o biopoder, pela resistência.

**PALAVRAS-CHAVE:** Enunciado; Poder; Resistência; Biopoder; Pacto pela Educação.

**ABSTRACT:** *This article seeks to analyze the opinion article "Making different", written by Thiago Peixoto and linked in O popular newspaper, by the Foucault arqueogenealogy point of view. For this purpose the product was understood as a utterance since it has a specific materiality and is in relation to other utterances. In addition, we attempted to analyze the main axis of the article, the defense of the Pact for Education. Thus, discussions about the exercise of power / resistance, the disciplinary society, the society of control became pivotal. Finally, the analysis of the Pact and biopower had particular place, since the Pact was understood as a subtle way of exercising power over life. Therefore, in this article we aim to understand the event Pact for Education, praised the discourse of Thiago Peixoto, from arqueogenealogy Foucaultian perspective, so that the utterance, power, endurance and biopower are problematized.*

**Keywords:** *Utterance; power; resistance; biopower; Pact for Education.*

---

<sup>1</sup> Mestre e Doutorando em Linguística pela Universidade Federal de Goiás. E-mail: marcosalveslopes@gmail.com.

## 1 Introdução

Este trabalho pretende analisar o discurso do ex-secretário Estadual de Educação de Goiás, Thiago Peixoto, por meio da perspectiva arqueogenealógica foucaultiana. A iniciativa surgiu, principalmente, diante do anúncio de que Goiás teria alcançado o primeiro lugar na educação básica nacional, conforme o resultado do último Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), divulgado no dia 5 de setembro de 2014 pelo Ministério da Educação (MEC).

Diante desse cenário, algumas perguntas foram elaboradas na tentativa de serem respondidas ao longo desta reflexão: a) em que se sustenta a avaliação por meio de índice?; b) quais são as formações discursivas que atravessam o discurso de progresso educacional?; c) qual a relação entre o Pacto pela Educação e o biopoder?; d) quais são os discursos que pretendem resistir ao discurso de progresso?; e) como Foucault pode contribuir para o debate?

O Pacto pela Educação é um programa que visa solucionar os problemas da educação pública “a partir da radicalização do pensamento neoliberal e neotecnicista do ensino” (ROCHA; CARMO, 2012, p. 67). Idealizado principalmente pelo ex-secretário Estadual de Educação, Thiago Peixoto, o Pacto seria uma forma de reestruturar a economia, de modo a aumentar a produtividade do mercado goiano, por intermédio da educação pública. Nas palavras de Peixoto (2010, p. 115), “a falta de educação tira nossa competitividade na economia global. Sem qualidade educacional, não temos a mínima condição de competir internacionalmente”. A partir de argumentos de cunho econômico, o governo do Estado de Goiás criou o Pacto pela Educação, programa orientado por pesquisas quantitativas sobre a educação, cujo alvo é o aumento da competitividade do mercado goiano por meio da educação.

Ainda que panoramicamente, torna-se relevante constatar que são diversas as pesquisas quantitativas e os testes que pretendem diagnosticar o passo a passo da educação contemporânea. Principalmente a partir da segunda metade do século XX, as pesquisas com o intuito de medir e propor soluções ao ensino e à aprendizagem avolumaram-se de forma considerável, conforme Esteban (2010). Inclusive, nos Estados Unidos, durante o governo George Bush, uma lei específica foi criada para aferir/otimizar a aprendizagem dos estudantes. A lei *No Child Left Behind Act* pretendia que uma série de medidas fosse executada no sentido de ampliar o controle sobre o sistema educacional. Enfim, na

LOPES, Marcos Alves. *O Pacto pela Educação: o Programa de Governo como exercício do biopoder*.

contemporaneidade, as pesquisas e índices estatísticos não são somente uma forma de quantificar o conhecimento dos estudantes e/ou professores, mas, cada vez mais, tomam força de verdade nos discursos e nas práticas educacionais.

Já no Brasil, o Ideb caracteriza-se como a principal forma de controle do ensino básico mediante testes, e vem constituindo-se como um discurso de verdade sobre a educação, de modo que outros saberes sobre o ensino e a aprendizagem são paulatinamente invalidados e/ou interditados.

Ademais, o acervo de pesquisas quantitativas sobre a educação, além de crescente, é bastante extenso e heterogêneo: já que o objetivo central é o controle do ensino e da aprendizagem, os testes e as pesquisas adquirem uma periodicidade constante, como forma de comparar os dados. Nesse processo, o cientificismo acentua-se de forma bastante aguçada nos discursos sobre a educação. Dessa forma, as pesquisas e os testes, no intuito de solucionar os problemas imediatamente, são valorizados na atualidade em detrimento de políticas de longo prazo. Em outros termos, seria permitido dizer, por exemplo, sobre a vida: quanto à saúde, o saber médico ganha força de verdade; quanto às notícias, os jornalistas respaldam-se cada vez mais no saber científico.

Na educação não é diferente: os discursos de mercado vêm adquirindo status de verdade no meio educacional, de modo que as políticas de Estado cada vez mais se amparam em soluções empresariais – cujas propostas políticas de cunho neoliberal negam as mudanças estruturais/de longo prazo no cenário do ensino e da aprendizagem.

Para explicar como ocorre o processo de negação do divergente (que é possível observar no discurso de mercado na educação), Foucault (2013) assinala que há procedimentos externos ao discurso que intentam excluir os dizeres contrários à verdade de uma época. A vontade de verdade, como esse sistema de exclusão, exerce “sobre outros discursos [...] uma espécie de pressão e como que um poder de coerção” (FOUCAULT, 2013, p. 17). Não é à toa que as revistas de prestígio nacional ressaltam constantemente o discurso cientificista como verdade de nossa época, de forma a excluir outros tantos saberes.

Assim, na contemporaneidade, há um arquivo de discursos economicistas/cientificistas sobre a educação, que imperam como verdade de nossa época. Nessa direção, torna-se relevante definir arquivo como o sistema que rege o aparecimento dos enunciados, o que regula os ditos. Em outras palavras, “o arquivo é, de início, a lei do que pode ser dito, o sistema que rege o aparecimento dos enunciados como acontecimentos

LOPES, Marcos Alves. *O Pacto pela Educação: o Programa de Governo como exercício do biopoder*.

singulares” (FOUCAULT, 2008, p. 147). E, ainda, os enunciados são diferentes de uma frase ou proposição, uma vez que são concebidos como acontecimentos e possuem uma materialidade específica: “o enunciado precisa ter uma substância, um suporte, um lugar e uma data. Quando esses requisitos se modificam, ele próprio muda de identidade” (FOUCAULT, 2008, p. 114).

A partir dos conceitos de arquivo e enunciado, contidos em *Arqueologia do Saber*, obra foucaultiana de 1969, torna-se possível compreender o artigo de opinião “Fazer diferente”, escrito por Thiago Peixoto e veiculado no jornal *O popular* do dia 6 de setembro de 2014, como um acontecimento enunciativo, pois, possui materialidade, ocupa um lugar, e se modifica de acordo com as condições de produção dos atos.<sup>2</sup> Além disso, é relevante considerar o artigo de opinião de Peixoto (2014) como parte de um arquivo amplo: os discursos sobre a educação que tomam o saber científico como força de verdade, excluindo outros saberes.

## 2 O Exercício de Poder e Resistência no Pacto Pela Educação

O pilar do artigo “Fazer diferente”, de Peixoto (2014), remonta a heterogêneos discursos que defendem uma concepção economicista sobre a educação. Conforme Rocha e Carmo (2012), a fundação Itaú Social, o Instituto Unibanco, o Movimento Brasil Competitivo, a Revista Veja, a Assessoria Bain & Company e as políticas nacionais do PSDB, apesar de partirem de diferentes grupos, possuem uma ideia basilar sobre a educação: o ensino deveria caminhar lado a lado com as necessidades de mercado.

O objetivo desse Pacto [pela Educação] é o de reestruturar a educação goiana a partir da radicalização do pensamento liberal [...] O grande argumento dos vários setores que construíram a reforma educacional goiana é o de que o ensino deve servir para o aumento da competitividade da economia brasileira diante da concorrência que existe na economia globalizada (ROCHA; CARMO, 2012, p. 67).

---

<sup>2</sup> Vale ressaltar que os conceitos de *arquivo*, *enunciado*, *discurso* e *formação discursiva* compõem a fase arqueológica, a primeira etapa dos estudos foucaultianos, conforme Veiga-Neto (2014). Esses conceitos são trabalhados especialmente na obra foucaultiana de 1969, *Arqueologia do Saber*, e reutilizado em outros trabalhos do filósofo francês. Embora os conceitos supracitados não tenham sido criados para pensar diretamente a educação, este trabalho pretende lidar com a primeira fase (arqueológica) e a segunda (genealógica) como forma de articular a relação entre saber/poder e a educação, em especial, as relações entre o Pacto pela Educação e o saber/poder.

Para além de uma política de uma legenda político-partidária, o Pacto pela Educação adentra a vida goiana por intermédio de vários grupos, de forma microcapilar, respaldando um discurso economicista e progressista. Esse discurso tem como premissa básica a necessidade de melhoria na educação como forma de aprimorar a mão de obra e, dessa maneira, contribuir para o aumento da competitividade da economia goiana. Assim, o Pacto pela Educação encontra amparo nos discursos de cunho neoliberal, de modo a ser possível notar uma determinada regularidade: a educação e a saúde, por exemplo, utilizados como instrumento para aprimorar a economia.

Seguindo a trilha discursiva foucaultiana, o conceito de *formação discursiva* pode contribuir para a compreensão do regime do dizer. Isso porque uma determinada formação discursiva destina-se à função de estipular o que pode ou não ser dito em algum lugar, ou seja, o conceito de formação discursiva remete ao “princípio de dispersão e de repartição, não das formulações, das frases, ou das proposições, mas dos enunciados” (FOUCAULT, 2008, p. 122). Percebido como enunciado, o artigo “Fazer diferente” filia-se a uma formação discursiva de cunho empresarial/econômico/neoliberal. Por exemplo, os termos usados denotam um conjunto de práticas e discursos comum ao cenário empresarial, tais como: a) planejamento; b) ranking; c) meritocracia; d) premiação; e) topo; f) resultado; g) imediatismo; h) gestão. Dessa forma, no discurso empresarial do Pacto pela Educação, perde-se a diferença entre uma escola e uma empresa, visto que o primordial é o avanço da economia, alcançado, segundo este viés, a partir da melhoria da educação.

Nessa lógica de resultados, as pesquisas quantitativas mostram-se fundamentais para os rumos das políticas educacionais. No próprio Pacto pela Educação, a tônica, então, torna-se: a) os índices como forma de nortear as políticas educacionais; b) a escola como espaço a ser gerido; c) a premiação estudantil como maneira de alavancar os índices; d) os professores entendidos como reprodutores do discurso de mercado; e) e o tempo é o “agora”. Assim, o conhecimento tem um fim específico, teleológico, de modo que a escola passa a ser um instrumento de auxílio na recuperação do mercado, reafirmando a pouca diferença entre uma empresa e um espaço educacional.

Além do mais, o discurso neoliberal sobre a educação padroniza as formas de atingir os “ganhos” na educação: *planilhas*, *ranking*, *mérito* e *produtividade* são os mesmos meios usados para alavancar uma empresa-escola. Enfim, o saber pedagógico não é compreendido como verdade para as mudanças políticas, mas tão somente os discursos

LOPES, Marcos Alves. *O Pacto pela Educação: o Programa de Governo como exercício do biopoder*.

economicistas/cientificistas são tomados como saber/poder imperativo no programa Pacto pela Educação.

Foucault (2014) esclarece que o instrumental da estatística, a partir do século XVIII, assume posição central para a economia. A arte de governar foi além de uma concepção econômico-familiar-territorial, a qual deu lugar à noção de população. Sendo assim, a estatística, investindo sobre a população, permite avaliar certas regularidades: a) número de mortos; b) quantificação dos doentes; c) regularidade dos acidentes/riscos.

No caso da educação brasileira atual, o Ideb quantifica a evasão escolar, as notas de português e matemática, o fluxo escolar e a aprovação/reprovação, de modo que as políticas educacionais possam ser efetivadas a partir desses índices. Cada vez mais, o governo das ações de “uns” sobre os “outros” torna-se um exercício de poder bem mais sutil do que aquele exercido na Idade Média.<sup>3</sup> A arte de governar possibilita regular, prever, medir e quantificar os fenômenos de risco à população, de maneira a evitar problemas macros, já que os índices estatísticos permitem “quantificar os fenômenos próprios à população” (FOUCAULT, 2014, p. 424).

Além disso, a estatística integra-se aos diversos saberes necessários ao governo populacional. Após o século XVIII, a economia política constituiu-se diante da pluralidade de elementos e variáveis; já não era apenas o território a moeda de troca, como na Idade Média, mas elementos diversos que compunham a noção de população. Sendo assim, “a economia política pôde se constituir a partir do momento em que, entre os diversos elementos da riqueza, apareceu um novo objeto, a população” (FOUCAULT, 2014, p. 426).

Observado sob essa ótica, o Pacto pela Educação adentra-se ao discurso de que é preciso regular/controlar as mais diversas variáveis possíveis no que concerne à educação, de modo a evitar transtornos ao mercado ou à população. Assim, o Ideb e o Pacto perfazem um conjunto indissociável no qual os saberes de governo e os estudos referentes à população escolar tornam-se basilares.

Mediante os índices do Ideb, a estratégia do Pacto foi elaborada ancorando-se, principalmente, na premiação a partir do mérito (meritocracia) e na exposição/punição aos dissidentes. Dessa forma, o programa Pacto pela Educação anseia conduzir as ações de “uns”

---

<sup>3</sup> Conforme Veiga-Neto (2014), Foucault desenvolve os estudos sobre as relações de poder e resistência na denominada fase genealógica, durante a década de 1970. A principal obra dessa etapa é *Vigiar e Punir*, de 1975, quando Foucault debruça sobre as relações de poder e resistência na sociedade disciplinar, enfocando os aparelhos de disciplinamento, em especial, a escola e a prisão.

LOPES, Marcos Alves. *O Pacto pela Educação: o Programa de Governo como exercício do biopoder*.

sobre os “outros” de modo cada vez mais rápido e sutil. Nessa direção, Peixoto (2014, p. 8), em “Fazer diferente”, critica as mudanças processuais/longo prazo na educação, e afirma que “do ponto de vista do aprendiz, o resultado é imediato”. Em outras palavras, Peixoto (2014) sustenta que a solução dos problemas na educação pública é algo a se realizar de forma rápida e enérgica, bastando que uma série de medidas seja tomada para a concretização dos objetivos.

Portanto, os discursos e as práticas economicistas sobre a educação podem ser compreendidos como uma forma de regular/controlar a prática docente e discente, de modo a expor questões pertinentes ao poder e à resistência. O Pacto pela Educação, então, como um discurso “põe em jogo o poder e o desejo” (FOUCAULT, 2013, p. 21). Assim,

[...] o exercício do poder não é simplesmente uma relação entre ‘parceiros’ individuais ou coletivos; é um modo de ação de alguns sobre outros. O que quer dizer, certamente, que não há algo como o ‘poder’ ou ‘do poder’ que existiria globalmente, maciçamente ou em estado difuso, concentrado ou distribuído: só há poder exercido por ‘uns’ sobre os ‘outros’; o poder só existe em ato, mesmo que, é claro, se inscreva num campo de possibilidade esparsa que se apoia sobre estruturas permanentes (FOUCAULT, 1995, p. 242).

De acordo com a perspectiva foucaultiana, o poder não irradia de um ponto central específico, mas ocorre nas/para as relações humanas. Desse modo, os diversos grupos que compõem a ideia central do Pacto são exemplo de que o exercício de poder não parte de um ponto fixo, nem possui um dono específico, mas é exercido como um modo de ação de alguns sobre outros.

Em diálogo com a obra foucaultiana, Paniago (2005, p. 81-82) afirma que “o poder, para Foucault, não é algo que se possa possuir, porque não é um bem alienável do qual se possa ter a propriedade. [...] Embora não haja um titular, um dono do poder, o poder é exercido sempre em determinado sentido [...] O poder, em outras palavras, não se possui, o poder se exerce ou se pratica”. As políticas economicistas voltadas para o mérito, então, não podem ser tomadas como algo dado, pronto ou maciço. Considerando-o como programa, o Pacto pela Educação ocorre como tentativa de mudança das condutas dos docentes e dos discentes; avaliando-o como exercício de poder, o Pacto intenta conduzir as ações de docentes e discentes, de forma a elevar o controle e reduzir problemas eventuais na educação goiana.

No entanto, ao poder, a resistência é intrínseca. Foucault (2014) considera que onde há poder, há, necessariamente, resistência. Esta possui a mesma lógica do poder: a) é

LOPES, Marcos Alves. *O Pacto pela Educação: o Programa de Governo como exercício do biopoder*.

exercida de forma descentralizada (não parte apenas de um ponto); b) não é encarnada em um indivíduo, mas é fluida, móvel, e ocorre nas relações humanas. Assim como não há como fugir do poder, também não é possível abster-se da resistência: ambos são entendidos como uma “via de mão dupla”, um não existe sem o outro.

Sendo assim, a recusa da política meritocrática é uma forma de resistir ao exercício de poder na educação. Mais especificamente, o absenteísmo docente e discente impede/dificulta a bonificação em dinheiro no final do ano, de modo que faltar ao trabalho pode ser compreendido como uma forma de contrariar a dinâmica do Pacto, uma maneira de resistir ao governo das ações de “uns” sobre os “outros”. Dessa maneira, o educador, que segue na contramão da política do mérito, resiste ao exercício de poder proposto no Pacto pela Educação, não modifica as próprias ações e contraria o esperado pelo programa.

Por outro lado, o exercício de poder estampa uma face de positividade, de acordo com Foucault (2014). A política de premiação (meritocracia) proposta pelo Pacto é uma forma de exemplificar a positividade do poder, ou seja, o *bônus* camufla as intensões de controle. Assim, aqueles professores e alunos que respondem satisfatoriamente à expectativa do programa recebem uma bonificação no final do ano, a fim de que a premiação seja uma maneira de governar as condutas dos docentes e dos discentes de modo positivo, a camuflar o exercício de poder.

Há, porém, uma grande dificuldade ao definir “poder” e “resistência”, o que beira à tautologia. Isso porque não há uma substância intrínseca ao poder/resistência, mas ambos coexistem um em relação ao outro. Sendo assim, identificar o exercício do poder em face da resistência torna-se bastante complexo. Foucault (2014), indagado por Henri-Lévy sobre a possível tautologia do poder/resistência, responde da seguinte maneira:

Não coloco uma substância da resistência em face de uma substância do poder. Digo simplesmente: a partir do momento em que há relações de poder, há possibilidade de resistência. Jamais somos aprisionados pelo poder: podemos sempre modificar sua dominação em condições determinadas e segundo uma estratégia precisa (FOUCAULT, 2014, p. 360).

Nessa direção, em razão de não haver uma substância intrínseca ao poder em face da resistência, ambos coexistem no exercício de governo das ações de “uns” sobre os “outros”. Além disso, o exercício de poder não é algo estanque, mas é passível de ser modificado. No entanto, Foucault (2014) considera que é possível modificar a dominação,

LOPES, Marcos Alves. *O Pacto pela Educação: o Programa de Governo como exercício do biopoder*.

desde que haja condições específicas e uma estratégia precisa. O Pacto pela Educação, entendido como uma estratégia de governo das ações de docentes e discentes, não pode ser visto como imóvel, nem imutável, mas como uma estratégia sofisticada que pode sofrer alterações ao longo do tempo diante dos efeitos da resistência.

Em vista disso, o programa Pacto pela Educação compõe-se de uma série de medidas que visa ao governo das ações tanto dos educadores quanto dos alunos. Por exemplo: o Pacto propõe *bônus* aos servidores que atingirem os índices pretendidos. Assim, a *meritocracia* torna-se o carro-chefe desse programa: os professores podem receber um valor a mais caso consigam bater as metas. Ainda, como obra do Pacto, há a *premiação das escolas*, a *poupança dos alunos* e a *criação de prêmio para o educador do ano*. Todo o incentivo meritocrático adentra o terreno escolar como possibilidade de alteração da conduta, uma tentativa de diminuir a resistência ao exercício de poder.

Além disso, o Pacto pressupõe o *currículo mínimo*, o qual foi alvo de muitas críticas por padronizar o que pode ser dito/estudado em classe: a Secretaria de Educação de Goiás estabelece um currículo específico para cada série, cabendo ao professor apenas reproduzi-lo para os alunos. Trata-se de uma maneira de interditar o discurso docente na medida em que, ao professor, estaria reservada apenas a reprodução do dito; a invenção, como parte do trabalho docente, é desconsiderada.

Ampliando a questão, Foucault (2013, p. 9-10) considera a interdição do discurso como uma forma de controle, ou seja, “por mais que o discurso seja aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e com o poder”. Na perspectiva do Pacto pela Educação, pilar do artigo analisado, a autonomia docente deve ser interdita como forma de controlar a dispersão do discurso e manter o exercício de poder. Em outros termos, a interdição a partir do currículo mínimo é uma maneira de levar a cabo as propostas de cunho empresarial para a educação, de modo a silenciar vozes contrárias e diminuir a resistência. Para isso, aquele professor que reproduz com grande fidelidade o currículo “referência” adentra o grupo mínimo, o valorizado pelo programa.

Ainda sobre a interdição, Foucault (2013, p. 9) assinala que “não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa”. Em suma: nem todos estão autorizados a dizer qualquer coisa, em qualquer lugar, sob qualquer circunstância.

Pela proposta do Pacto pela Educação, o que pode ser dito? Por quem deve ser dito? E em que momento deve ser dito? O currículo mínimo atribuído à Secretaria Estadual de Educação, o que seria uma tentativa de controlar a dispersão do discurso no interior da sala de aula, configurando-se, assim, a interdição do discurso em classe como uma forma de exercício de poder.

Nessa trilha, Peixoto (2014, p. 8) em “Fazer diferente” confirma a pertinência de controlar a dispersão dos discursos. Ele afirma que “o Pacto sofreu várias críticas [...] mas contra fatos não há argumentos. O bom resultado que tivemos [no Ideb] prova que estamos no rumo certo”. Em seguida, acrescenta que “quando é necessário tomar medidas, muitas vezes, tidas como *impopulares*, é importante entender que resistência é natural diante de mudanças profundas. Mas o governo manteve a convicção de que esse era o caminho certo”. Desse modo, há aí a concepção de que silenciar as vozes resistentes torna-se fundamental para chegar-se a um fim. A perspectiva de que “os fins justificam os meios” sublinha esse discurso. Na concepção de Peixoto (2014), defendida em “Fazer a diferença”, a interdição das vozes contrárias ao Pacto torna-se crucial para a elevação dos índices do Ideb e, conseqüentemente, atingir os objetivos do programa.

Acrescente-se, ainda, que a Secretaria de Educação do Estado de Goiás, como política do Pacto, afixou *placas* em cada estabelecimento de ensino, tornando público o fracasso ou o sucesso de cada escola. Debord (1997, p. 13) assinala que “toda a vida da sociedade nas quais reinam as modernas condições de produção se apresenta como uma imensa acumulação de *espetáculos*. Tudo o que era vivido diretamente tornou-se representação”. Em outras palavras, os indivíduos da sociedade do espetáculo representam a vida em vez de vivenciá-la.

Assim, no lugar de enfrentar o fracasso escolar por meio de medidas estruturais, as placas espetacularizam o infortúnio, obtendo a pulverização do controle sobre a educação. Desse modo, o espetáculo do fracasso escolar (a partir das placas) pode ser compreendido como uma maneira de punir/expor o corpo escolar, de forma que o governo das ações esteja no centro, a fim de convencer, pela vergonha, os docentes a aderirem às políticas do Pacto. Em suma, se de um lado há o bônus a quem segue o Pacto, do outro, há as placas como forma de expor/espetacularizar/culpabilizar os docentes.

### 3 O Pacto com o Biopoder

O Pacto pela Educação pode ser compreendido como mais uma forma sutil de incidência do poder sobre a vida, o biopoder. Foucault (2007) afirma que, a partir do século XVII, o poder sobre a vida desenvolveu-se em dois eixos: o corpo-máquina e o corpo-espécie. O primeiro visava disciplinar os corpos “no seu adestramento, na amplidão das aptidões, na extorsão de suas forças, no crescimento paralelo de sua utilidade e docilidade” (FOUCAULT, 2007, p. 151). O segundo visou regular a saúde, os nascimentos, a longevidade, de modo a investir sobre a vida. Enquanto um incidia principalmente na extorsão do corpo, entendido como máquina, o outro ia rumo ao controle sutil e invisível do corpo-espécie. Assim, Foucault (2007, p. 152) destaca que “a velha potência de morte em que se simbolizava o poder soberano [na Idade Média] é agora [século XVIII], cuidadosamente, recoberta pela administração dos corpos e pela gestão calculista da vida”.

O biopoder, entendido como o exercício de poder centrado na/para a vida, intenta regular os corpos, o que poderia evitar qualquer imprevisto, já que a ênfase é tornar os corpos cada vez mais úteis e dóceis. Tomando-se o caso do Pacto pela Educação, a defesa feita por Peixoto (2014), no artigo de opinião “Fazer diferente”, versa sobre: a) a exposição das escolas ao público; b) o currículo mínimo; c) os índices do Ibeb como critério de verdade; d) a meritocracia; e) e, principalmente, o combate à evasão escolar. Por esses pontos que o norteiam, o Pacto pela Educação pode ser tomado como exemplo de exercício do biopoder, uma tentativa de tornar os corpos docentes e discentes regulados rumo à produtividade, a fim de diminuir qualquer imprevisto. Assim sendo, a política dos índices, o controle do fluxo escolar e as placas expondo os resultados são, então, formas sutis de regular a vida, de maneira que o controle sobre os corpos seja ainda mais eficiente e invisível.

É possível perceber que, desde o século XVIII, as tecnologias disciplinares passam a conviver com outra tecnologia de poder, o biopoder, em cujas disciplinas o corpo era vigiado em aparelhos de confinamento, como a escola ou a prisão, e levado à exaustão. Da mesma forma, na biopolítica da espécie humana, buscava-se “‘fazer’ viver e ‘deixar’ morrer” (FOUCAULT, 2002, p. 287) a partir de processos que visavam regular as taxas de reprodução, a fecundidade, a natalidade etc.

No caso específico do Pacto pela Educação, o controle dos índices de evasão escolar e a divulgação dos índices de cada escola adentram essa nova política, a biopolítica da

LOPES, Marcos Alves. *O Pacto pela Educação: o Programa de Governo como exercício do biopoder*.

espécie humana: à medida que os índices sobre a educação estão postos, as intervenções mais eficientes e invisíveis podem ser executadas, de modo que seja quase invisível o exercício de poder. Nessa direção, Foucault (2002, p. 288-289) afirma que

[...] durante a segunda metade do século XVIII, [...] apareceu algo de novo, que é uma outra tecnologia de poder, não disciplinar dessa feita. Uma tecnologia de poder [...] que não exclui a técnica disciplinar, mas que a embute, que a integra, que a modifica parcialmente e que, sobretudo, vai utilizá-la implantando-se de certo modo nela, e incrustando-se efetivamente graças a essa técnica disciplinar prévia.

Além disso, sobre as sociedades disciplinares<sup>4</sup>, Foucault (2014, p. 241) destaca que pretendeu “analisar como, no início das sociedades industriais, instaurou-se um aparelho punitivo, um dispositivo de seleção entre os normais e os anormais”. Entretanto, após a segunda Grande Guerra, a sutileza do poder avançou ainda mais, rumo à invisibilidade. As sociedades de controle, nas quais o poder se sutaliza mais do que nas sociedades disciplinares, o exercício do poder torna-se mais tênue, incidindo principalmente sobre os corpos. Sob tal legado, o Pacto pela Educação exemplifica esse controle cada vez mais sutil, uma vez que o poder é exercido como se não houvesse o controle: a necessidade de uma melhor educação, a meritocracia e a necessidade de diminuir os índices de evasão escolar tornam-se uma ferramenta capaz de quase camuflar o exercício de poder, tornando-o praticamente invisível.

Conforme Foucault (2002, p. 293), “nos mecanismos implantados pela biopolítica, vai se tratar, sobretudo, é claro, de previsões, de estimativas estatísticas, de medições globais”. Assim, o Pacto, como uma biopolítica da espécie humana, busca os dados do Ideb como forma de intervir em fenômenos globais, por exemplo, o controle do número de

---

<sup>4</sup>Ainda sobre as disciplinas, Foucault (2014) assinala que a invenção do pan-ótico, de Jeremy Bentham, teria marcado o advento do controle sutil dos corpos ainda no século XVIII: o poder, ao abrir mão das técnicas de suplício da Idade Média, tornava-se mais sutil e menos visível. Na perspectiva de Bauman (2014), sociólogo contemporâneo, após a queda das Torres Gêmeas, em setembro de 2001 nos Estados Unidos, a vigilância torna-se ainda mais tênue. Para Bauman (2014), um momento pós-pan-ótico pode ser notado na configuração mundial pós-queda do *World Trade Center*: novas tecnologias de controle dos corpos foram desenvolvidas e propagadas à exaustão, de modo que, “tal como caramujos transportam suas casas, os empregados do admirável novo mundo líquido moderno precisam crescer e transportar sobre os próprios corpos seus pan-óticos pessoais” (BAUMAN, 2014, p. 61). Se no pan-ótico de Bentham o detento era monitorado em um determinado lugar específico, no pós-pan-ótico do mundo líquido moderno, os *iPhones* e os *tablets* permitem mobilidade à população e continuam a controlar os corpos. No Pacto pela Educação, o diretor da escola ou o pai de aluno consegue rapidamente saber qual é o desenvolvimento da escola, a um clique do mouse, ou, simplesmente, ao erguer o olhar para a placa da escola, pulverizando o controle sobre a escola. Esses artefatos contribuem para a vigilância dos indivíduos a todo o momento, diante da mobilidade e da invisibilidade características dos aparelhos contemporâneos, sem a necessidade de um vigia de carne e osso.

LOPES, Marcos Alves. *O Pacto pela Educação: o Programa de Governo como exercício do biopoder*.

estudantes na escola, as notas de português e o fluxo escolar. Desse modo, o Pacto é um mecanismo regulador que tende ao “equilíbrio, manter uma média, estabelecer uma espécie de homeóstase, assegurar compensações” (FOUCAULT, 2002, p. 293), de modo que haja o controle de elementos fortuitos, imprevistos, no ambiente escolar.

Como a biopolítica não é uma substituição às tecnologias disciplinares, mas uma continuidade mais sutil do exercício de poder, não há nenhuma contradição em estimular o corpo-espécie, a vida, conjuntamente com as tecnologias disciplinares. O biopoder, então, pode atuar de modo integrado com as disciplinas, com o intuito de tornar menos visível a ocorrência do poder.

Nessa mesma direção, o Pacto pela Educação possui o pressuposto basilar de que, caso o estudante permaneça confinado no aparelho de disciplinamento escolar, controlado por políticas de regulação da vida, haveria, nesse caso, menos possibilidades de idiosincrasias de outros espaços interferirem no conjunto da população. Em outros termos, as drogas e a criminalidade poderiam ser controladas ao trazer os jovens à escola. Assim, o combate à evasão escolar é um modo contundente do exercício sutil do poder, porque se associa às técnicas de governo da vida com as técnicas da disciplina, ou seja, o corpo-máquina e o corpo-espécie recebem grande investimento ao (re)conduzir, por meio de índices, o estudante ao confinamento escolar.

Ao analisar a fase genealógica, momento em que Foucault se dedica ao estudo das (micro) relações de poder, Deleuze (1992) destaca que o exercício de poder disseminou-se de tal maneira, em que é razoável dizer da invisibilidade da ação deste. Para Deleuze (1992, p. 221), “são as sociedades de controle que estão substituindo as sociedades disciplinares”. Se na sociedade disciplinar o poder podia ser comparado à toupeira, animal que passa a vida cavando, com movimentos repetitivos, atualmente o poder age de maneira tão capilar, microscópica, que se assemelharia ao movimento da cobra, animal que ataca, muitas vezes, sem ser notado. De acordo com Deleuze (1992, p. 222), “a velha toupeira monetária é o animal dos meios de confinamento, mas a serpente o é das sociedades de controle”. A serpente realmente contrapõe-se à toupeira, já que a primeira desliza por todos os espaços, enquanto que a segunda possui movimentos mais previsíveis.

O Pacto pela Educação, assim, adentra esse terreno movediço, escorregadio, fluido, da sociedade do controle. Como todos conhecem os resultados de cada escola, todos podem cobrar melhor desempenho. Com esta finalidade, as placas afixadas no corpo das

LOPES, Marcos Alves. *O Pacto pela Educação: o Programa de Governo como exercício do biopoder*.

escolas são exemplos de como o exercício do biopoder incide de maneira cada vez menos visível: porquanto os resultados estão postos em cada unidade escolar, toda a sociedade pode intervir na dinâmica da escola, de modo que não seja possível saber de onde advêm as cobranças. Dessa forma, a mobilidade e a descentralização do poder sobre o corpo tomam papel central no Pacto, de maneira a incidir diretamente sobre o corpo docente e discente – o poder torna-se, assim, cada vez mais imperceptível.

Como exercício do biopoder, o Pacto pela Educação intenta diminuir a evasão escolar, já que o estudante, no aparelho de confinamento escola, pode ser mais facilmente controlado. Sendo assim, uma pergunta torna-se fundamental: quais são as relações entre o Pacto, o Ideb e o biopoder? E mais: como Goiás teria saído do quinto lugar, em 2011, para o primeiro, em 2013?

Segundo a matéria de Vandrê Abreu (2014), do jornal *O popular*, publicada no dia 6 de setembro, o principal motivo de Goiás chegar ao primeiro lugar no Ideb não foi devido às notas nas provas, mas por haver diminuído consideravelmente o índice de evasão escolar. Assim, Abreu (2014, p. 10) afirma que “mesmo que a nota dos testes de matemática e português tenha diminuído 0,04 ponto, houve aumento de 0,2 no índice final”. E, complementa: “a primeira colocação de Goiás no ranking do Ideb para o Ensino Médio é explicada pela melhora no fluxo escolar, que se deu na diminuição da evasão”. Portanto, o Estado de Goiás alcança o primeiro lugar no ranking do Ideb, principalmente, por causa da queda do índice de evasão.

Em “Fazer diferente”, Peixoto (2014, p. 8) sustenta que combateu “fortemente a evasão escolar, com ligações telefônicas aos pais dos alunos que estavam faltando às aulas”. A evasão escolar adentra o terreno serpentino da sociedade de controle; sendo assim, o biopoder incide sobre os corpos de modo a ir além dos aparelhos de confinamento: com as ligações telefônicas, a escola aproxima-se do estudante e o faz retornar ao aparelho de confinamento escolar.

Nessa direção, Foucault (1996, p. 134) afirma que, a partir do século XVIII, “fez funcionar o espaço escolar como uma máquina de ensinar, mas também de vigiar, de hierarquizar, de recompensar”. Também neste sentido, o Pacto prevê a ênfase na máquina do “ensinar” a partir da padronização do currículo-referência. Além disso, a busca por diminuir as taxas de absenteísmo torna-se eixo central no programa, já que, de uma só vez, a redução do índice de evasão escolar contribui diretamente para o exercício de poder sobre a vida, de

LOPES, Marcos Alves. *O Pacto pela Educação: o Programa de Governo como exercício do biopoder*.

modo a: a) reconduzir o estudante ao confinamento, posto como uma forma de ampliar e extorquir o aprendizado de acordo com as necessidades do poder; b) regular a vida no sentido de controlar as variáveis, visto que os estudantes estarão longe do imprevisto da rua.

Em outras palavras, o Pacto contribui para o exercício de duas técnicas complementares do exercício de poder: o poder disciplinar e o poder regulador do corpo-espécie contra qualquer imprevisto – enfim, trata-se do casamento do Pacto pela Educação com o biopoder.

Ainda que as notas nas provas de matemática e português tenham caído 0,04 ponto no último exame do Ideb, o Estado de Goiás ainda assim atinge o primeiro lugar no ranking do Ideb. A queda das notas de português e matemática e o aumento no ranking nacional do Ensino Médio denunciam o que é fundamental no Pacto pela Educação: a importância central não está voltada para o ensino crítico, autônomo, mas para a presença do estudante na escola, ou seja, o controle do aluno no aparelho de confinamento escola e a regulação dos corpos tornam-se a tônica do Pacto com o Biopoder. Nessa trilha, Foucault (2007, p. 153) assegura que o

[...] biopoder, sem a menor dúvida, foi elemento indispensável ao desenvolvimento do capitalismo, que só pode ser garantido à custa da inserção controlada dos corpos no aparelho de produção e por meio de um ajustamento dos fenômenos de população aos processos econômicos. Mas, o capitalismo exigiu mais do que isso; foi-lhe necessário o crescimento tanto de seu reforço quanto de sua utilizabilidade e sua docilidade.

Desse modo, o aumento no ranking nacional do Ideb não é, necessariamente, uma demonstração de melhoria do aprendizado dos estudantes e/ou satisfação dos docentes, mas uma forma de respaldar o controle dos corpos, de modo cada vez mais sutil/invisível. Embora Peixoto (2014), em “Fazer a diferença”, omita a informação de que as notas nas provas de português e matemática tenham sucumbido ainda mais, o Pacto pela Educação alcança o objetivo de exercício de poder em direção aos corpos, uma vez que os estudantes na escola serão mais facilmente docilizados do que fora dos aparelhos de confinamento. Para além do discurso progressista sobre a educação, o Pacto torna-se, então, mais uma forma de “majorar as forças, as aptidões, a vida em geral, sem por isto torná-las mais difíceis de sujeitar” (FOUCAULT, 2007, p. 153).

#### **4 À Guisa de Conclusão**

Este artigo buscou discutir o exercício de poder/biopoder a partir do artigo de opinião “Fazer diferente”, de Thiago Peixoto. Como a ênfase no texto de Peixoto (2014) foi divulgar o primeiro lugar do Estado de Goiás no ranking nacional do Ensino Médio, tornou-se fundamental analisar o Pacto pela Educação, já que este foi o instrumento usado pela Secretaria de Educação do Estado de Goiás como forma de governar as ações dos docentes e discentes e atingir o primeiro lugar nesse ranking.

Assim, ao longo do artigo, foi analisado o discurso progressista sobre a educação, bem como os principais eixos do Pacto: a) o currículo mínimo; b) a meritocracia; c) os índices; d) e as placas como meio de divulgar os índices. A partir dessa análise, o Pacto pela Educação foi compreendido como uma forma sutil do exercício de poder, no intento de tornar os corpos docentes e discentes cada vez mais obedientes e produtivos. Dessa forma, o primeiro lugar no ranking do Ideb não se cumpriu sem a perspectiva de sujeitar os docentes e discentes; o aumento no ranking deu-se, principalmente, devido à redução do absenteísmo, o que demonstrou a fiel parceria do Pacto: o biopoder.

Portanto, a justificativa do aumento da competitividade de mercado, a partir da educação, não parece ser o principal, já que o Pacto é, sim, uma forma de controlar e regular a vida, de modo a diminuir a resistência ao exercício de poder. Dessa maneira, melhorar a educação não está no centro do programa analisado – o Pacto diminuiu a evasão escolar, entretanto, não põe em pauta, por exemplo, o número de alunos por sala. Trata-se, pois, do Pacto por uma vida dócil e reprodutiva, em equilíbrio, e com a redução/regulação de surpresas indesejadas à população. Enfim, a padronização – tanto a partir do currículo mínimo, quanto das pesquisas quantitativas – faz com que o imprevisto seja reduzido, calculado, avaliado, pesquisado, rotulado, de modo que a resistência seja praticamente anulada e o biopoder possa tornar-se menos visível.

LOPES, Marcos Alves. *O Pacto pela Educação: o Programa de Governo como exercício do biopoder*.

## REFERÊNCIAS

ABREU, V. Menor evasão ajudou na nota. *O popular*, Goiânia, p. 10, 06 set. 2014.

BAUMAN, Z. *Vigilância Líquida*. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2013.

DEBORD, G. *A sociedade do espetáculo*. Tradução de Estela dos Santos Abreu. 4 ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DELEUZE, G. Post-scriptum sobre as sociedades de controle. *Conversações: 1972-1990*. Tradução Peter PálPelbart. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992. p. 219-226.

FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. 7 ed. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

\_\_\_\_\_. *A ordem do discurso*. 23 ed. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 2013.

\_\_\_\_\_. *Em Defesa da Sociedade*. Tradução Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

\_\_\_\_\_. *Microfísica do poder*. 28 ed. In: MACHADO (Org.). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

\_\_\_\_\_. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, H; RABINOW, P. *Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Tradução de Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 231-249.

\_\_\_\_\_. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 13 ed. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 1996.

\_\_\_\_\_. *Vontade de Saber*. 18 ed. Tradução de Maria Thereza da Costa e J. A. Guilhon Albuquerque. São Paulo: Graal, 2007.

CARMO, R; JÚNIOR, R. *Contrarreformas educacionais e o Pacto pela Educação*. Goiânia: Kelps, 2012.

PANIAGO, M. L. *Práticas discursivas de subjetivação no contexto escolar*. Tese de Doutorado. Faculdade de Ciências e Letras – UNESP-Araraquara, 2005. Capítulo 2.4: A concepção foucaultiana de poder. p. 81-92.

PEIXOTO, T. *Educação: o desafio de mudar*. Goiânia: Instituto Arte Cidadania, 2010.

\_\_\_\_\_. Fazer diferente. *O popular*, Goiânia, p. 08, 06 set. 2014.

LOPES, Marcos Alves. *O Pacto pela Educação: o Programa de Governo como exercício do biopoder*.

SANDIN ESTEBAN, P. Aproximação histórica à pesquisa qualitativa. In: \_\_\_\_\_. Pesquisa qualitativa em educação: fundamentos e tradições. Porto Alegre: AMGH, 2010. p. 77-94.

VEIGA-NETO, A. *Foucault e a Educação*. 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

Recebido em 26/06/2017

Aprovado em 02/07/2017